

Educação e Comportamento Espacial*

LOURDES MANHÃES DE MATTOS STRAUCH **
Geógrafa do IBGE

A LINHANDO-SE entre as pesquisas que vêm sendo iniciadas em nosso país sobre mobilidade espacial de consumidores vinculada às suas diferenças sócio-econômicas, este estudo objetiva trazer uma contribuição a mais, ao analisar o deslocamento de alunos, associando-o à percepção das diferenças qualitativas existentes na distribuição espacial das oportunidades educacionais. Essa percepção se apóia no caráter heterogêneo conferido aos distintos espaços, em razão de seu *status* sócio-econômico e no controle da informação que possuem os grupos sociais.

Essa heterogeneidade dos espaços está relacionada às diferenças sócio-econômicas das populações, traduzindo-se numa desigual distribuição quantitativa e qualitativa dos serviços. O acesso aos serviços será, pois, seletivo, e tão mais seletivo quando se trata de sociedades marcadas por extremas diferenças de renda.

* A pesquisa foi iniciada em 1978 e concluída em 1979; participaram na tabulação dos dados a geógrafa Elisa Maria José Mendes de Almeida e a estagiária Maria Teresa da Silva Telles.

** A autora agradece aos colegas do IBGE o apoio recebido nas diferentes fases de elaboração do trabalho através de: sugestões e discussões — Aluizio Capdeville Duarte, Maria Thereza Bessa de Almeida, Roberto Lobato Corrêa. De modo especial, agradece ao geógrafo Nilton Santos pela deferência em ter lido a redação final do trabalho, com apresentação de sugestões. Colaboração na pesquisa de campo — geógrafas — Aurélia Lopes da Silva, Dinorá Cabral Magalhães, Lucia de Oliveira e Sulamita Machado Hammerli.

Nosso estudo visa a mostrar, através do deslocamento de estudantes, o papel do espaço na transmissão e acentuação das diferenças de oportunidades educacionais. Como aponta Gray (11), as condições materiais e culturais da educação têm sempre forte expressão espacial.

Ao abordar aspectos da relação entre espaço e educação, buscamos dar um enfoque geográfico ao estudo de uma instituição social que, como outras instituições sociais, tem sido bastante negligenciada pelos geógrafos, apesar de constituir elemento essencial do meio social e espacial.

A análise empírica realizada, ainda que em caráter preliminar, sem nenhuma pretensão de generalização, poderá suscitar questões e chamar a atenção para certos aspectos da realidade, dentro do contexto atual de educação formal para todos.

A pesquisa foi realizada em algumas escolas da cidade de Campos, importante centro regional situado no norte do Estado do Rio, com uma longa tradição de centro cultural.

Os estudantes entrevistados foram os das quatro últimas séries do 1.º grau (5.ª, 6.ª, 7.ª, 8.ª) que moravam fora da cidade e para ela se deslocavam visando a estudar.

O inquérito feito junto a esses estudantes abrangeu grupo de questões relativas às características dos consumidores, ao deslocamento, à informação, às perspectivas dos alunos e suas condições sócio-econômicas.

1 — EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E ESPAÇO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O interesse da educação como tema de estudo é evidenciado na extensa bibliografia existente sobre o assunto, tratado sob diferentes ângulos por pedagogos, administradores, economistas, sociólogos, entre outros. Tal interesse é perfeitamente justificado, dado a complexidade crescente do meio social e dado o papel que a educação desempenha no funcionamento de qualquer sociedade. É através da educação que se transmitem valores, atitudes e objetivos desejados pela sociedade para seus cidadãos. Por isso mesmo a escola tem sido apontada como aparato ideológico de controle da maior importância. Dessa forma, é muito menos um instrumento de mudança da ordem social que de manutenção dessa mesma ordem. As reformas educacionais, portanto, estarão sempre orientadas nesse sentido (para a permanência de um estado de coisas), ainda que os objetivos nelas contidos possam fazer pensar em algum tipo de mudança.

Essas considerações feitas aqui de maneira tão sucinta, mas amplamente desenvolvidas numa vasta literatura, permitem compreender o que Levin, (14, p. 306) chama de princípio da correspondência que sugere que “as atividades e resultados da educação servem e, portanto, espelham aqueles da sociedade como um todo... Especificamente se uma sociedade apresenta desigualdades no *status* político, econômico e social, estas desigualdades devem ser expressas nos resultados educacionais desiguais”. Se a sociedade é marcada pela estratificação de classes a educação será organizada para atender às diferentes camadas da população que, em última instância, mantém o funcionamento desse

sistema estratificado. Dependendo de demandas econômicas e políticas, como necessidade de reprodução da força de trabalho, aumento de consumo, diminuição de tensões, reformas educacionais podem ocorrer, sem que, contudo, se altere o objetivo a que a educação se destina: a manutenção da ordem social. É o caso, por exemplo, da "igualdade de oportunidade" tão propalada ou da "mobilidade social" via educação, tão acenada e que assumem aspectos dos mais contraditórios desde o mais simples acesso à escolarização até os resultados dessa mesma escolarização.

Nesse contexto qualidade e quantidade de ensino se confrontam continuamente. Justifica-se a deficiência em qualidade, em nome da exigência em quantidade quando, de fato, é a qualidade que irá garantir a manutenção das diferenciações contidas na sociedade.

As diferenciações existentes nas oportunidades educacionais de escolarização no Brasil tem constituído preocupação de numerosos especialistas. Citaremos, entre outros, Fernandes (6), Gouveia (10), Cunha (5) que, ao mostrarem as desigualdades de oportunidades educacionais relacionadas às diferenças sócio-econômicas da população, deixam bem clara a variação espacial dessas desigualdades, sejam inter-regionais ou intra-regionais, interurbanas ou intra-urbanas. Cunha (5, p. 55) salienta que o "atendimento do sistema educacional é extremamente desigual entre as diversas regiões do país e em cada uma entre as classes sociais". Continuando diz que, "mesmo onde há maior atendimento, verifica-se uma grande desigualdade na qualidade de ensino, não se podendo dizer que haja igualdade de oportunidade"¹.

Essa vinculação entre desigualdades de oportunidades educacionais, classes sociais e espaço encontra apoio na colocação de Santos (19, p. 15), de que "nos países subdesenvolvidos o espaço é marcado pelas enormes diferenças de renda na sociedade que se exprime ao nível regional por uma tendência à hierarquização das atividades e, na escala do lugar, pela coexistência de atividades da mesma natureza, mas de níveis diferentes.

1 Veja-se os comentários que enfatizam a questão:

FERNANDES (6) — "As oportunidades educacionais, no ensino primário, se concentram nas regiões mais prósperas, beneficiadas pela aceleração do desenvolvimento demográfico, econômico, cultural e social" ... Os dados relativos a unidades escolares, corpo docente, matrícula efetiva e conclusões de curso nas cinco regiões do país, em 1957, "São um claro atestado de que o ensino primário não constitui ainda um bem social partilhado em condições equitativas no Brasil, e que estamos bem longe de poder transformá-lo em um fator dinâmico de progresso material e moral de todas as camadas da população brasileira" (p. 17 e 18).

GOUVEIA (10) — "A extensão da freqüência à escola média mostra-se estreitamente relacionada com o grau de urbanização do Estado. Acontece, assim, que a probabilidade de freqüentar a escola média é, em termos mais simples, uma questão de geografia. A probabilidade é bem maior para crianças que vivem na Guanabara, São Paulo e outros estados da Região Sul, do que para crianças que vivem em outras regiões do país" (p. 41) ... "Além das variações regionais e oportunidades diferenciais relacionadas com o lugar de residência — capital ou interior — outras circunstâncias determinam a acessibilidade ao ensino médio e a probabilidade de chegar ao término do curso. Daí resulta que os indivíduos que concluem o nível médio constituem um grupo que não abrange com equidade todas as camadas da população (p. 49).

2 — DIFERENÇAS DA RENDA NOS DESLOCAMENTOS ESPACIAIS

Existe uma diferenciação na localização das atividades terciárias. É dessa diferenciação que a Teoria de Localidade Centrais de W. Christaller (3) procura dar conta.

Segundo Christaller, as atividades terciárias caracterizam-se por uma localização do tipo hierárquico onde, nas cidades maiores, aparece uma oferta de bens e serviços de consumo mais raro, mediano e de consumo freqüente, enquanto nas cidades médias a oferta é de bens e serviços de consumo mediano; nas cidades pequenas, apenas os bens e serviços de consumo freqüente são oferecidos. Numa sociedade onde não houvesse diferenciação de renda por parte da população, tais bens e serviços atenderiam a toda a população. É admitido ainda, na teoria das localidades centrais, que a qualidade de um determinado serviço é invariável, independentemente do tamanho da cidade.

Assim, se se trata de um serviço de consumo freqüente, a qualidade desse serviço será a mesma, quer ocorra numa cidade de nível hierárquico mais elevado quer mais baixo.

Este é um ponto que Santos (19) considera e reelabora, tendo em vista uma sociedade com níveis de renda extremamente diferentes. O referido autor levanta a hipótese da existência de dois circuitos na economia: um, denominado superior, que atenderia populações de alta e média renda, e outro, inferior, que atenderia populações de baixa renda.

“A existência de camadas na população com salários extremos cria diferenças quantitativas e qualitativas no consumo que são a causa e o efeito da criação ou da manutenção, nas cidades, de dois circuitos — o superior e o inferior — de produção, distribuição e consumo de bens e serviços” (19, p. 29) ... “Esses dois subsistemas, embora estreitamente associados a dois setores da população, se comunicam por intermédio das classes médias, ou seja, da parte da população capaz de consumir freqüentemente ou ocasionalmente nos dois” (19, p. 279).

Embora os dois circuitos se refiram, basicamente, ao comércio e à atividade industrial, algumas colocações foram valiosas na orientação de nosso trabalho. Acreditamos que tal conceito possa ser útil quando se considera os serviços sociais, como a educação.

Um ponto a ser considerado diz respeito à localização do indivíduo em função do nível de renda, o que determina a situação potencial de cada um como consumidor. Em outras palavras, como mostra Santos, a localização espacial dos bens e serviços é fortemente afetada pela distribuição espacial do *status* sócio-econômico dos consumidores.

Assim, a implantação de atividades do circuito superior que engloba as atividades ditas “modernas” está em função de um meio particular que não pode ser encontrado abaixo de um certo nível de atividade geral. Esse meio favorável corresponderia às cidades melhor situadas na hierarquia urbana (metrópoles e cidades regionais), enquanto nas cidades e locais de níveis mais baixos, onde não existe um mercado potencial capaz de sustentar sua implantação, essas atividades encontram obstáculos a sua penetração.

Caracterizada a seletividade na distribuição espacial dos bens e serviços, conclui-se que o acesso aos mesmos dependerá, em grande parte, da mobilidade do indivíduo que está estreitamente associada a sua po-

sição na escala sócio-econômica. Essa mobilidade dependerá, ainda, entre outros fatores, da disponibilidade de transporte e variará com a natureza do bem ou serviço e com as motivações, objetivos e informação do consumidor. Neste particular, o efeito demonstração assume papel relevante, modificando a estrutura do consumo. Os bens "modernos" atrairão mais e mais indivíduos, a percepção das diferenças qualitativas tornar-se-á mais e mais aguda. Não será apenas a necessidade e o preço do bem ou serviço que será considerado pelo consumidor, mas a qualidade do mesmo e como esta varia espacialmente, influirá na mobilidade.

A valorização por parte dos consumidores, do que lhes é mais necessário, levará as pessoas a deslocamentos espaciais diferentes, não só em termos de localizações alternativas como também utilizando bens e serviços dos dois circuitos.

As proposições apontadas por Santos trazem uma nova compreensão do problema da rede urbana em países subdesenvolvidos, abrindo perspectivas de pesquisas, entre as quais se pode incluir as que dizem respeito ao comportamento espacial de consumidores.

Neste sentido, Corrêa (4, p. 57), apresenta um modelo de localidades centrais "para área de forte diferenciação da população, em termos de *status* sócio-econômico que pode ser desdobrado, para efeito de análise, em dois conjuntos, um servindo à população de alto e médio *status* e outro servindo à população de baixo *status*. Esses dois conjuntos estão em estreita relação com a maior ou menor mobilidade de um e outro grupo."

3 — PERCEPÇÃO E COMPORTAMENTO ESPACIAL

"O papel decisivo da percepção na formação de uma imagem do meio real, e a influência direta daquela no comportamento, constitui um dos grandes descobrimentos da Geografia atual" (Capel, 2, p. 58). De tal forma que Downs diz: "o comportamento espacial é função da imagem e o laço do homem com seu meio". Parece, portanto, fora de dúvida que o deslocamento espacial é fortemente afetado pela percepção que indivíduos ou grupos de indivíduos têm do meio geográfico, de suas características físicas e sociais.

Como a percepção depende, em grande parte, da informação, de condições sócio-econômicas, bem como da atribuição de valores às diferentes partes do espaço, ou seja, que o espaço é tanto mais desejável quanto maiores as perspectivas econômicas e sociais que oferece, entendemos que o deslocamento espacial de consumidores esteja associado a um grande número de situações. Assim, um determinado bem ou serviço pode estar sujeito para uns a um deslocamento limitado ao centro mais próximo, enquanto para outros este mesmo bem ou serviço pode ser procurado em um centro mais distante. Dessa forma, nem sempre a distância ou o preço serão os principais determinantes dos deslocamentos, mas sim os atributos dos bens ou serviços e aí incluímos a qualidade, que pode passar a ter um papel de maior relevância. Evidentemente, contudo, o conceito de qualidade dependerá dos objetivos, percepção e nível econômico do consumidor. Em países subdesenvolvidos, onde as disparidade de renda são muito acentuadas, é inegável que este fator renda torna-se preponderante, sem, contudo, deixar de lado as características sócio-culturais dos consumidores.

Resumindo, diríamos que os deslocamentos espaciais podem ser afetados pelos atributos dos serviços, fazendo com que os consumidores adaptem suas distâncias a percorrer a sua aceitação subjetiva das oportunidades disponíveis e as suas condições econômicas.

4 — DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS

Os três níveis de educação em que se divide o ensino no Brasil, em nossos dias — 1.º grau, 2.º grau e universidade, sem falar nos cursos de pós-graduação, distribuem-se espacialmente de maneira hierárquica e seletiva. Enquanto o 1.º grau acha-se disperso por grande número de centros, o 2.º grau é muito menos difundido e a universidade se concentra em poucas cidades, via de regra naquelas de determinada categoria na hierarquia urbana, ou em alguns centros especializados. Essa distribuição espacial indica, desde logo, as diferenças de oportunidades a que os usuários estão sujeitos, pois o consumo desse serviço estará, em muitos casos, vinculado às possibilidades de deslocamento, podendo implicar, até mesmo, uma mudança de residência. Este fato, por si só, já dá uma medida de seletividade, pois enquanto parte da população possui ampla mobilidade², outra a tem bastante reduzida. Contudo, as desigualdades de oportunidades dos serviços educacionais não se reduzem ao acesso à escola ou à universidade. Ao contrário, afirma Rossi (18, p. 76), “ela invade a escola e é no sistema escolar, pela diferença entre as escolas cursadas por alunos de diferentes classes, ou ainda pela carreira a que elas são destinadas, que se renova e expande a desigualdade”. É nesse sentido que identificamos os dois circuitos de distribuição de serviços, o superior e o inferior, por vezes coexistindo num mesmo espaço, para atender a uma e outra camada da sociedade. A grande cidade pode oferecer serviços que são “nominalmente” os mesmos, mas em qualidades diferentes (e quantidades) e a preços diferentes. O mercado é diferenciado.

No caso das universidades, Freitag (7) aponta essa diferença, em termos de tipos de faculdade e tipos de curso. Enquanto as faculdades do Governo abrigam as camadas de população mais favorecidas econômica e socialmente numa verdadeira contradição, faculdades particulares, com exceções, são procuradas pelos mais necessitados, através de cursos noturnos, “ensino mais fraco” e cursos menos exigentes em horas de dedicação ao estudo. A difusão espacial de faculdades particulares, aliás, vem ensejando a proliferação de tais escolas que, se, por um lado, atendem às motivações educacionais valorizadas pela sociedade, por outro, acham-se desvinculadas de nossa realidade, mas consequência dela: a ideologia do curso superior como ideologia necessária³, gerando um contingente de “graduados” sem possibilidade de absorção no mercado de trabalho. Em outras palavras, a generalizada conscientização

2 Mobilidade, nesse caso, refere-se ao deslocamento espacial em relação ao acesso à escola, deslocamento diário ou mudança de residência para estudar (residência própria, casa de parentes, pensão, pensionato, etc.).

3 Ideologia necessária como forma de capitalização. O aproveitamento de prédios “velhos” para um ensino “atrasado” no sentido da pouca utilidade que oferece aos que o procuram: o uso adequado de capitais numa sociedade onde outras atividades exigem alto coeficiente de capital.

da relação entre nível de instrução e lugar na hierarquia social favorece a expansão das universidades, dos cursos de formação e aperfeiçoamento de todo tipo, embora não haja forçosamente paralelismo entre “formação nominal” ou “real” e tipo de emprego e remuneração.

Quando focalizamos os níveis mais baixos de ensino (1.º e 2.º graus) a situação se repete e se agrava na medida em que a esses níveis cabe a preparação para a universidade que é acenada como uma “ascensão” a que todos podem almejar ou, o que é mais grave, esses níveis constituem, para muitos, o máximo que podem alcançar, para competir no mercado de trabalho. Aqui também as diferenças qualitativas de ensino são visíveis e grosseiramente poder-se-ia distinguir as escolas públicas, freqüentadas pelos menos favorecidos na escala sócio-econômica, das escolas particulares, a tendência ao ensino profissionalizante nas primeiras e o acadêmico, nas últimas. Quando falamos em distinção grosseira, devemos esclarecer que o que importa não é o fato de ser ou não escola do governo, salienta Gray, mas sim a quem e a que elas se destinam. Nesse ponto a localização espacial dessas escolas é um aspecto importante a ser considerado.

Em relação ao 1.º grau, que pela Lei 5.692 de 1971 estendeu a escolarização básica para 8 anos, adicionando, por assim dizer, as 4 primeiras séries do antigo curso ginásial, as desigualdades de oportunidades quantitativas e qualitativas merecem uma consideração especial, revestindo-se de maior gravidade.

É neste nível que a ideologia⁴ da igualdade de chances é mais aguda e mais contraditória. A ampliação das oportunidades escolares e sua obrigatoriedade são feitas em nome de uma “democratização de oportunidades”. Vejamos: “O ensino de 1.º grau é, pois, a grande faixa de educação para todos. No passado, esse estágio fundamental podia reduzir-se a 4 anos de estudo — era a escolaridade dita “primária”. Já agora, com a complexidade crescente que assume a vida moderna, dificilmente poderá alguém assimilar valores de seu tempo e revestir um mínimo de eficácia no trabalho sem uma formação que alcance pelo menos o nível do atual ginásio”⁵.

Tratando-se de escolaridade básica a que todo cidadão tem direito e considerando a pouca idade dos usuários e a natureza do serviço que exige um deslocamento diário, entende-se que sua localização deva atender a qualquer demanda, por menor que seja. Nesse sentido, sua distribuição espacial será bastante dispersa, não importando o nível hierárquico da cidade ou da localidade. A ideologia da igualdade de chances é dada ao nível do espaço, pelo caráter ubíquo de sua localização, em quase todos os municípios, em algumas regiões e em certos casos, em vilas e povoados. Contudo, a posição na hierarquia urbana favorecerá ou não à implantação de escolas destinadas às chamadas da população mais ou menos bem situadas na escala de renda, ou seja, propiciará uma desigual distribuição espacial qualitativa dos serviços de educação que vai desde as condições materiais até as diferenças de padrão de

4 Usamos ideologia como complexos de idéias que dirigem a atividade, com vista à manutenção da ordem existente e que tendem a gerar comportamentos dos indivíduos por elas envolvidos. A propósito, ver Jonaedson Carino — Algumas considerações sobre o conceito de ideologia — UFF. Dep. Ciências Sociais. Mimeog.

5 Extraído da exposição de motivos do Ministro Jarbas Passarinho ao Presidente da República. 1971.

ensino, ou seja, desde as instalações (prédios, salas, carteiras), até os grupos de alunos e o corpo docente, acentuando as desigualdades das classes sociais, muito mais que suavizando-as.

5 — PERCEPÇÃO DAS DESIGUALDADES DE OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS E DESLOCAMENTO ESPACIAL — UMA EVIDÊNCIA EMPÍRICA

A partir das considerações apresentadas, entendemos que a percepção das desigualdades qualitativas de oportunidades educacionais, distribuídas espacialmente, decidirão nos deslocamentos espaciais⁶ daqueles que, tendo tido maior acesso à informação, também tenham condições econômicas de fazê-lo, ainda que, por vezes, em detrimento de outros benefícios materiais.

Um confronto dessas colocações com os dados obtidos em trabalho de campo pode se revelar útil para a compreensão de alguns aspectos da relação entre espaço e educação, entre as características sócio-econômicas do espaço e a percepção das desigualdades de oportunidades a que os usuários estão e se sentem sujeitos.

Numa tentativa de reinterpretar situações empíricas, selecionamos como área de estudo uma que apresentasse as características gerais da educação brasileira ligadas a processos que operam em tempos particulares e lugares particulares.

A técnica utilizada em nosso estudo foi basicamente a de questionários aplicados diretamente a um grupo de alunos em algumas escolas, num determinado local e foram complementados por questionários enviados aos pais ou responsáveis e questionários aplicados à direção das escolas. Além disso, foram feitas entrevistas com pessoas ligadas à Secretaria de Educação, inclusive com professores que nos orientaram na seleção das escolas a serem pesquisadas.

A cidade de Campos, como foco da pesquisa, se prende ao fato de ser a mesma um importante centro regional, com uma longa tradição de centro cultural. Situado no norte do Estado do Rio de Janeiro, possuía, em 1970, uma população de 153.310 habitantes. O município, com uma área de 4.469 km² e uma população de 319.112 habitantes possui 17 distritos, alguns dos quais com população superior a 10.000 habitantes (Italva — 15.465; Cardoso Moreira — 10.236; São Sebastião de Campos — 11.236; Travessão — 11.786 habitantes) e como tal com uma população superior a vários municípios do próprio estado.

A cidade teve seu crescimento ligado à agroindústria açucareira, que foi no passado e continua a ser a atividade mais importante da área. A maneira como evoluiu a indústria açucareira na região explica a manutenção de uma numerosa população nos arredores da cidade, onde se concentra a maior parte das atividades industriais da região.

O desenvolvimento da agroindústria açucareira tem se caracterizado pela separação entre o fabricante do açúcar e o simples agricultor de cana. Este, apesar das pressões dos usineiros, se mantém nas áreas canavieiras, onde a usina representa um mercado certo e muitas vezes

6 Deslocamento espacial se refere ao acesso à escola: deslocamento diário ou mudança de residência para estudar.

a fonte de financiamento, embora este último venha se reduzindo mais recentemente. A atuação política do IAA, garantindo a obrigatoriedade das usinas absorverem 60% da matéria-prima de fornecedores é um dos principais fatores para manter uma estrutura em que persistem pequenos e médios, ao lado de grandes produtores. Tais condições, além de contribuir para o adensamento de população, conferem a esses proprietários uma situação econômica até certo ponto estável.

Situada num entroncamento ferroviário, a cidade de Campos se constituiu desde cedo num centro de atracção sobre áreas vizinhas, inclusive de outros municípios, e foi paulatinamente se tornando local de moradia de "fazendeiros" ligados à agroindústria açucareira, o que pressionou a instalação, na cidade, de uma série de serviços de nível hierárquico elevado e de "boa qualidade". Entre esses serviços estão os educacionais que, sem dúvida, constituem ainda um dos principais fatores de atracção, quando se considera os deslocamentos em sua direcção. Deve ser lembrado que a procura dos serviços educacionais da cidade é antiga. Os internatos e a "mudança de residência" eram as formas usuais de deslocamento, o que restringia o acesso a uma clientela de alto poder aquisitivo, a uma elite reduzida.

A cidade de Campos possui atualmente uma rede de ensino bastante diversificada, com escolas de 1.º, 2.º grau e faculdades. Outros aspectos por nós considerados na escolha deste centro foram: a presença de escolas de 1.º grau completo em praticamente todos os distritos do município de Campos; a acessibilidade relativamente boa, em termos de rodovias pavimentadas e frequência de ônibus, a muitos desses distritos e a outros municípios; e a extrema proximidade da produção canavieira ao centro urbano, facilitando os deslocamentos e a difusão de informação.

A escolha dos colégios com os quais trabalhamos, baseou-se no pressuposto de que as escolas são conceituadas como "boas" ou "fracas", o que significa dizer, para "estes" ou "aqueles" grupos de alunos. O critério foi, então, o de "melhor ensino", tendo em vista que os deslocamentos se verificam visando a um serviço de melhor qualidade. Selecionamos 17 escolas, com 1.º grau completo, públicas ou particulares, possuindo ou não o 2.º grau e/ou normal, com longa tradição de "bom ensino", ou que, apesar de recentes, gozam também do conceito de "bom ensino". Assim, foram incluídas escolas fundadas em 1884 ou em 1971; escolas que possuíam as quatro séries do antigo ginásio, antes da lei 5.692, ou que as tiveram implantadas após a lei.

Embora o conceito de "melhor ensino" seja de difícil mensuração, acreditamos que, no momento atual, está vinculado à melhor preparação dos alunos para ingressar na universidade, e isto acentua a vinculação entre "melhor ensino" e qualificação do professor. Tal solicitação de "melhor ensino" é feita pelos grupos de *status* sócio-econômico elevado que se concentram no centro urbano, nos bairros próximos à área central. Nessas condições é também aí que se concentram as melhores escolas.

O grupo de alunos pesquisados restringiu-se àqueles das quatro últimas séries do 1.º grau (5.ª, 6.ª, 7.ª, e 8.ª) que moram fora da cidade e se deslocam para estudar. Essas séries, antes da lei 5.692, constituíam o 1.º ciclo do ensino médio. Ao serem incorporadas ao 1.º grau, estenderam a escolaridade obrigatória para 8 anos, o que foi encarado como uma abertura de oportunidades, mas guardando ainda a marca da

diferenciação qualitativa. Contudo, o acesso a essas séries sugere também a possibilidade de continuidade dos estudos a níveis mais elevados, num momento em que a mobilidade social, via educação, é tão generalizadamente estimulada ou seja, que a educação é considerada um instrumento essencial para “vencer na vida”.

6 — CARACTERÍSTICAS DOS CONSUMIDORES E A PERCEPÇÃO DO ESPAÇO

Nossos informantes, ao abrangerem alunos das 5.^a, 6.^a, 7.^a, e 8.^a séries são indivíduos de pouca idade⁷ e, obviamente, ainda com baixo grau de escolaridade⁸. Por isso mesmo as perguntas a eles dirigidas procuraram, tanto quanto possível, ser bastante simples e em pequeno número. A oportunidade que nos foi oferecida de trabalhar diretamente com os alunos permitiu-nos ainda o esclarecimento de dúvidas e a realização de pequenas entrevistas. Consideramos ainda um aspecto positivo do trabalho o fato de que a não interferência prévia de pessoas da escola ou da família dava um caráter de espontaneidade às respostas, embora estejamos conscientes da influência do ambiente familiar nas informações obtidas.

Infelizmente, os questionários enviados aos pais ou responsáveis tiveram um retorno bastante reduzido, mas permitiram, de qualquer modo, avaliar o papel do espaço na perspectiva da oportunidade educacional.

A discriminação espacial pôde também ser percebida entre os alunos. Como diz Harvey (13, p. 24), “Consciência espacial ou imaginação geográfica permite ao indivíduo reconhecer o papel do espaço e lugar em sua própria biografia, relacionar os espaços que vêm em torno de si e reconhecer como as transações entre indivíduos e organizações são afetadas pelo espaço que os separa. Permite-lhe reconhecer as relações que existem entre ele e seus vizinhos e seu território. Permite-lhes julgar a relevância de eventos em outros lugares”.

Vivendo nossos informantes em áreas rurais, em vilas e povoados, mostraram um certo constrangimento em revelar que não moravam na “cidade”, o que pode ter prejudicado a seleção dos alunos a serem entrevistados.

A palavra “roça”, comum na região para designar o espaço agrário, fora da cidade, tem para eles uma conotação espacial depreciativa. Preocupamo-nos, assim, em perguntar se o aluno morava em usina, fazenda, sítio, chácara ou simplesmente “fora da cidade”. Apelamos também para o fato de que só esses alunos preencheriam o questionário, o que, de certa maneira, lhes conferia maior importância, contrabalan-

7 A idade dos informantes variou de 10 a 19 anos. Contudo, o grupo de 12 a 16 anos reuniu 76,50% do total dos entrevistados.

8 Baixo grau de escolaridade, uma vez que estão ainda no 1.^o grau. Contudo, se considerarmos o Brasil em seu conjunto, trata-se de um grupo “privilegiado” quanto ao nível de ensino. É notório o problema da evasão escolar, entre a 1.^a e 2.^a séries do 1.^o grau. O próprio município de Campos, em 1970, apresentava 64,7% das crianças de 5 a 11 anos matriculadas no antigo primário (1.^a a 4.^a série) e somente 22,5% da população de 12 a 14 anos com primário completo (dados obtidos na Fundação IBGE).

cando o aspecto discriminatório relacionado à percepção do espaço pelo grupo.

Ainda no que tange à percepção do meio, verificou-se que o conceito de "fora da cidade" pouco tinha a ver com a distância ou com a divisão administrativa, mas muito mais com a presença de áreas rurais, separando o local de origem do aluno⁹ da cidade de Campos, com sua área central e bairros próximos. Foi a partir dessa percepção que consideramos os deslocamentos espaciais em busca de um serviço de melhor qualidade.

7 — ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise das informações obtidas em 287 questionários aplicados em 17 escolas na cidade de Campos permitiu chegar a algumas representações a cerca da percepção do papel do espaço na transmissão da desigualdade, frente à generalizada conscientização da educação como instrumento de ascensão econômica e social.

"O núcleo da idéia de uma geografia da desigualdade, aponta Peet (17, p. 190), é de que um indivíduo, ao preparar-se para o mercado de trabalho, só pode aproveitar os recursos sociais de uma área limitada do espaço". Na luta por melhorar o meio de seus filhos, os pais tentam proporcionar-lhes outros meios mais desejáveis. Interessava-nos, assim, conhecer porque indivíduos vivendo num determinado contexto sócio-espacial se deslocavam para outro, em busca de escola, ainda que por vezes a possuíssem no local de moradia.

Das 4 possibilidades apresentadas, a saber, falta de escola, falta de vaga, falta de escola pública, procura de melhor ensino, 82,00% respondeu que se deslocava para estudar em Campos, em busca de "melhor ensino", devendo ser salientado que 48,00% dos informantes residia em locais que possuíam escola. É o caso, por exemplo, de Tocos e Goitacazes¹⁰, que contribuíram, respectivamente, com 13,50% dos informantes, cada um. Em relação aos alunos que residiam em locais que não possuíam as séries que cursavam no momento da pesquisa, pudemos verificar, através de pequenas entrevistas, que, por vezes, poderiam se deslocar para local mais próximo de sua residência que a cidade de Campos.

Essa procura de "melhor ensino" se torna tão mais evidente quando analisamos:

a) as respostas relativas à impressão que os alunos têm da escola no local onde moram. Fraca e regular reuniram 56,50% das respostas, enquanto 15,50% não declararam; 16,00% responderam boa, mas não tinha a série e 11,00% boa e tinha a série. Qualificações tais como escola suja, pequena, com professora uma vez por semana, foram frequentes;

b) maior direcionamento dos alunos (72,00% dos entrevistados) para as escolas que possuíam 1.º e 2.º grau e/ou normal, que go-

9 A confirmação das localidades apontadas pelos alunos como "fora da cidade", ou seja, fora do perímetro urbano, foi obtida, posteriormente, na Agência de Estatística da Fundação IBGE, sediada em Campos.

10 Tocos é vila do município de Campos e Goitacazes, subdistrito de Campos (antiga vila do município de Campos).

zam já de tradição na cidade ou que, apesar de recentes, desfrutaram de melhor conceito, incluindo escolas públicas ou particulares, o que vem confirmar a idéia da “escola para que e para quem”.

Este direcionamento para tais escolas já denota a preocupação com a continuidade dos estudos e a informação de que dispõem a respeito da qualidade da escola. 54,00% dos informantes declararam desejar fazer faculdade, 25,50% o curso técnico, 15,50% o 2.º grau e 3,50% o normal. No caso do curso técnico, é evidente o papel da localização na cidade da Escola Técnica Federal. Em muitos casos, os informantes responderam claramente que desejavam ir para ETFC (Escola Técnica Federal de Campos), apontada como escola “bem conceituada”, inclusive como ponte de acesso para o curso superior e sujeita, por isso mesmo, a prova de seleção que é, por definição, elitizante.

O papel da informação na percepção das diferentes oportunidades que o espaço oferece é um fato indiscutível. Essa informação se pode ser afetada pela distância física também o será pela distância sócio-econômica. Pesquisas com enfoque comportamental já têm demonstrado a importância do nível sócio-econômico na percepção do espaço e das oportunidades alternativas que o espaço oferece, isto porque a “limitada mobilidade física e social dos habitantes de baixa renda tendem a limitar seu conhecimento e compreensão do espaço em que vivem” (CAPEL, 2, p. 114).

A informação de nossos entrevistados pôde ser percebida pela preferência por determinadas escolas. Além disso, 68,00% dos informantes revelou não ser o primeiro da família a vir estudar em Campos, denotando, pois, um conhecimento mais amplo do “espaço” de oportunidades, além do âmbito local. Este aspecto pode ser melhor avaliado quando analisamos a visão dos pais ou responsáveis quanto à relação entre “cidade maior” e melhor oportunidade educacional. Apesar do reduzido retorno dos questionários a eles enviados (apenas 80 do total de 287), em praticamente todas as respostas observou-se esta relação. A família foi apontada em 65,50% dos casos como o canal de transmissão da informação.

O desejo de obter para seus filhos melhor capacitação é então percebido ao nível do espaço, justificando o deslocamento. Este dependerá, basicamente, das condições sócio-econômicas da família e das possibilidades físicas para esse deslocamento, tais como distância e transporte.

A atividade e o grau de instrução dos pais ou responsáveis e a respectiva posse de bens são, portanto, considerações importantes. Se a educação por si só exige um investimento (mesmo em se tratando de escola pública), o provimento de melhor capacitação o exigirá ainda mais.

As ocupações dos pais ou responsáveis foram reunidas, com base nos agrupamentos usados no Censo Demográfico do IBGE, com algumas adaptações e de acordo com as características da área, resultando 10 grupos. As ocupações que reuniram o maior percentual, 36,50%, foram, como era de se esperar, as ligadas à agropecuária e agroindústria. Nelas os lavradores e fazendeiros perfizeram 61,50%, cabendo aos empregados da usina 34,50%. Seguiu-se o grupo das ocupações do comércio e atividades auxiliares com 17,00% (onde os comerciantes atingiram 84,50%); os ocupados na indústria de transformação e construção civil

com 13,00% e os ocupados no transporte e comunicações com 10,00%. Nesta última os motoristas representaram 92,50%. As ocupações administrativas representaram 9,00% e as técnico-científicas e artísticas foram pouco significativas, apenas 2,00%.

A própria enumeração das atividades predominantes indicaria que o grau de instrução é baixo entre eles. Efetivamente, 55,50% dos pais ou responsáveis foi apontada pelos informantes como possuindo apenas o curso primário, quase sempre incompleto, seguido do curso secundário 25,50%. Como simplesmente alfabetizados apareceram 8,50%. Apenas 3,50% possuíam o curso superior. Por outro lado, o percentual de anal-fabetos foi também reduzido, 3,50%. O empenho em dar aos filhos uma educação superior à que possuem não é fato novo, muito menos nesta área e bastante generalizado no momento atual. O que parece importar muito mais são as condições de poder fazer. Nesse sentido, apelamos para informações relativas à posse de bens, o que nos daria uma indicação da situação econômica dos consumidores. Propriedade de terra, de casa comercial, indústria, oficina, além de casa própria, geladeira, televisão, automóvel, caminhão, utilitário, foram por nós consideradas.

Os dados relativos à posse de bens revelaram que 18,50% dos informantes eram proprietários de fazenda, 13,00% de sítio, 12,50% de casa comercial varejista, 10,50% de terreno e 6,50% de chácara, cabendo aos proprietários de indústrias e oficina, respectivamente, 2,50%. Aqui deve ser lembrado que a posse desses bens nem sempre era exclusiva, ou seja, pode acontecer que um só indivíduo possua ao mesmo tempo casa de comércio e seja proprietário de terra. Entretanto, constatamos que todos os fazendeiros, assim vistos pelos informantes, possuíam fazenda e que quase todos os lavradores (30 de um total de 40) eram proprietários de terra. Dos que declararam comerciantes como ocupação do pai ou responsável, 97,50% possuíam um ou mais dos bens mencionados, ocupando a propriedade de casa comercial 71,00%. Desses, 29,00% possuíam, além da casa comercial, outro bem como fazenda, chácara ou sítio.

Em relação aos itens referentes a casa própria, luz elétrica, televisão e geladeira, os percentuais oscilam entre 72,0% e 79,00%. O item automóvel atingiu 42,50%, utilitário (pick-up, kombi) 17,50% e caminhão, 13,00%. Em relação aos 3 últimos itens, observou-se também que não eram exclusivos, havendo quem possuísse os três.

Em linhas gerais, parece óbvio que a condição econômica foi um fator importante nos deslocamentos espaciais e se torna mais evidente quando constatamos que 51,00% dos alunos respondeu pretender continuar os estudos sem trabalhar, fato que pode ser interpretado ainda como indicativo da percepção de que o aproveitamento escolar envolve uma série de exigências.

Algumas ressalvas devem ser aqui colocadas. Não se trata, é claro, de um grupo de elevado poder aquisitivo (com pouquíssimas exceções, citaremos o caso do filho de um usineiro), de grandes proprietários de terra ou poderosos comerciantes, pois estes já se mudaram para a "cidade maior", mas está longe de se tratar de um grupo carente. Mesmo em relação aos que não possuíam os bens assinalados, o fato de trabalharem na usina, morando, muitas vezes, em casa da usina e utilizando o transporte por ela fornecido para esse fim (kombi), pode significar uma situação que, de certa forma, podemos considerar privilegiada, tendo em vista o deslocamento. Dados relativos ao nível de renda no muni-

cípio de Campos reforçam esta situação. Em 1970, 68,20% da população possuía renda mensal de Cr\$ 200,00 (o que equivalia a pouco mais de 1 salário mínimo), 17,20%, de Cr\$ 201,00 a Cr\$ 400,00¹¹.

Estes resultados indicam a vinculação do deslocamento com a situação econômica dos informantes, mas, em grande parte, também com a informação. Vale a pena citar o caso dos motoristas que, proporcionalmente, apareceram como os menos aquinhoados, pois em relação aos bens considerados, apenas 36,00% os possuíam. É sabido que os motoristas, pelo próprio deslocamento a que estão sujeitos continuamente, possuem um espaço de atividade mais amplo e variado e uma possibilidade de contatos interpessoais mais intensos que podem ampliar sua informação. O desejo de conquistar novos "espaços" leva, assim, a opções que são feitas, em grande parte, pelas classes médias, em nome de consumos que consideram prioritários, como é o caso da educação.

As condições para o deslocamento espacial exigem, contudo, outros recursos que praticamente independem do consumidor e muito tem a ver com a natureza do serviço. Queremos nos referir ao transporte e à distância.

Embora tenhamos considerado neste trabalho, como mobilidade espacial, tanto o deslocamento diário quanto a mudança de residência, foi flagrante o predomínio daqueles que se deslocam diariamente, 81,00%. O meio de transporte mais utilizado foi basicamente o ônibus, 85,00%, cabendo ao automóvel apenas 8,00%.

O que ficou claro foi a limitação imposta pela distância e pela frequência do ônibus. O tempo de viagem mais comum foi de 20 a 30 minutos, reunindo 36,50% das respostas. De 20 a 60 minutos englobam 85,50% dos informantes. Acima de 60 minutos cai para 6,00%. Também em relação à frequência do ônibus, de 20 a 30 minutos as respostas congregaram 40,50% e de 20 a 60, totalizaram 75,00%. Embora as distâncias percorridas não possam ser consideradas grandes, em média correspondendo a uns 30 km, a frequência do ônibus dá uma medida da dificuldade a que os usuários estão sujeitos, no seu deslocamento diário. Outro aspecto considerado relacionou-se às despesas com o transporte, que variaram de Cr\$ 1,00 a Cr\$ 8,00 e mais. De Cr\$ 2,00 a Cr\$ 3,00 reuniu 54,00% das respostas e de Cr\$ 5,00 a Cr\$ 7,50 correspondeu a 20,50%. Já o grupo de Cr\$ 8,00 e mais se limitou a 4,00%.

Pequenas entrevistas realizadas com os alunos mostraram, contudo, que a maioria prefere se deslocar, mas estudar numa cidade maior. Foi possível constatar também que aqueles que tiveram que se mudar para a cidade são os que moram bem distante e estes prefeririam, quase sempre, estudar no seu local de origem, caso tivesse as séries que ora estão cursando.

Para sentirmos melhor a presente situação de uma parcela da população escolar, minoritária é verdade, seja em relação aos que moram e estudam na cidade de Campos seja aos que permanecem estudando em seu local de origem, procuramos saber que perspectivas tinham nossos informantes ao se deslocarem em busca de um ensino melhor, num contexto sócio-espacial diferente.

Como a pergunta era aberta, permitia que expressassem uma série de rumos possíveis, tanto assim que, embora não tivéssemos feito ne-

11 Dados obtidos no IBGE.

nhuma questão dirigida à profissão futura, muitos a definiram. Numa tentativa de agrupar as respostas obtidas quanto à perspectiva futura, reunimos independência econômica, bom salário e melhoria de vida, que abrangeu 30,50% das respostas; satisfação pessoal, representada por bom curso, que atingiu 19,00%; bom emprego e ascensão social congregou 16,50%. Parece claro que a ascensão econômica e social é a forte motivação e que esta ascensão é bastante associada à aquisição de um curso superior, tanto assim que 30,50% declarou simplesmente, curso superior, como perspectiva futura.

Apesar da pouca idade de nossos informantes, e como referido acima, apesar da inexistência de uma pergunta específica sobre a profissão que almejam, 40,00% do total de informantes a definiram claramente, enquanto outros, acompanhando o interesse da perspectiva, limitaram-se a declarar faculdade ou curso técnico, ou simplesmente não especificaram

É interessante notar que entre as profissões definidas, médico contribuiu com 11,00% do total de informantes, professor com 6,00%, engenheiro com 5,00%, veterinário com 2,50%, seguindo-se uma série de profissões, entre as quais citaremos arquiteto rústico, artes plásticas, entre outras. Entre as profissões que congregaram os maiores percentuais estão aquelas mais valorizadas pela sociedade, tais como médico e engenheiro. Quanto a professor, que congregou 6,00%, quase sempre dizia respeito ao magistério superior. Se estes dados podem significar para nós, mais uma vez, a informação a que estão sujeitos, pudemos, contudo, constatar que nem sempre os informantes correlacionaram sua profissão futura com a possibilidade real, em termos espaciais, de poder alcançá-la, pelo menos no momento. Com isto queremos nos referir ao fato de que 81,50% dos informantes responderam querer continuar os estudos, inclusive a faculdade na cidade de Campos, o que nem sempre seria possível, dada a inexistência de vários dos referidos cursos nas faculdades da cidade. Parece que a mobilidade espacial dos entrevistados é ainda limitada ao espaço por eles vivido, no caso, a cidade de Campos.

Embora o interesse de nosso estudo não fosse a identificação de grupos de alunos por sexo, idade e série, senão todos os que se deslocavam para estudar, parece-nos interessante a constatação de que estes dados apresentaram uma distribuição bastante homogênea. Assim, não predominaram, em nosso universo, alunos da última série e de idade mais elevada, ou tão pouco houve um grande diferencial entre os sexos.

Para entender melhor o problema do deslocamento, fomos levados a visitar escolas de 1.º grau em localidades e distritos do município de Campos. Foi o caso de Outeiro, localidade situada no distrito de Cardoso Moreira e Tocos, sede de distrito.

A própria instalação das escolas nestes locais sugeriria, desde logo, as diferenças a que os consumidores estão sujeitos, ao usar serviços de meios sócio-espaciais distintos e embora não tenhamos investigado a habilitação do corpo docente, é sabido que este passa por um processo de seleção institucionalizado que influirá na sua designação para esta ou aquela escola, e que muito tem a ver com a localização espacial.

Quanto a Tocos, dada a expressiva participação percentual de deslocamento para Campos, (13,00%), entrevistamos alunos das séries se-

lecionadas. O universo da pesquisa aí abrangeu 103 informantes, dos quais 59 moram e estudam na própria vila e 44 se deslocam de outras localidades para aí estudar.

As questões formuladas abrangeram praticamente os mesmos itens do questionário anterior, mas estávamos interessados em saber se entre eles havia perspectiva de estudar num centro maior e, se havia, por que ainda não tinham ido. Foi possível perceber que a pouca idade para alguns alunos constitui também uma limitação ao deslocamento.

Apesar de que, em linhas gerais, tenhamos observado uma réplica do que se verificou em Campos, em relação aos alunos que se deslocam, em termos de ocupações, grau de instrução e condições econômicas dos pais ou responsáveis, aqui a transmissão da informação esteve muito mais ligada a colegas e conhecidos. Embora 45,00% desses informantes tenham revelado que, ao se deslocarem, procuravam melhor ensino, todos eles acusaram a inexistência da série no seu local de origem.

A perspectiva de continuidade dos estudos e de que esta deve ser obtida num centro maior, e aqui novamente Campos aparece como o principal centro de atração, foi também constatada em relação aos alunos que moram na localidade e aos que se deslocam. O desejo de fazer o curso superior, normal e técnico e a respectiva ascensão econômica e social foi claramente percebida. Entretanto, parece significativo o fato de que 74,00% dos informantes que responderam desejar continuar os estudos pretendem fazê-lo, mas trabalhando, o que não se verificou no caso de Campos, isto seja quanto aos que moram na localidade ou aos que para ela se deslocam, objetivando estudar. Outro aspecto observado diz respeito à definição da profissão futura e neste caso, "professor" apareceu com o maior percentual, 23,50%, seguido de veterinário, com 15,50%, indicando, talvez, que o desejo de romper com o meio não é tão acentuado. É conhecida a desvalorização do magistério, como profissão de *status* nas grandes cidades.

Em Outeiro a diretoria da escola considerou a dificuldade que vem encontrando na composição das últimas séries, especialmente a 8.^a. A atração exercida pela cidade de Campos e a possibilidade de deslocamento foram apontadas como causas dessas dificuldades. Dois pontos devem ser aqui considerados: o grupo que ascende às últimas séries constitui desde logo um grupo "privilegiado", atingido mais intensamente pelo "efeito demonstração". A possibilidade de deslocamento "torna mais difícil para as localidades de nível inferior promover atividades "modernas", mesmo se há um mercado potencial no lugar" (Santos, 19 p. 264).

A análise dos resultados mostrou a importância do meio sócio-espacial na transmissão da desigualdade, na medida em que serviços (densidade e qualidade), contatos e oportunidades distribuem-se espacialmente associados às diferenças sócio-econômicas da população.

8 — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estes resultados óbvios de que a renda e a informação são condições importantes para o deslocamento podem ser recuperados numa análise que visa a mostrar o papel da localização de certos serviços e do comportamento espacial numa sociedade profundamente marcada pela estratificação sócio-econômica.

Mesmo existindo uma localização pulverizada de ensino de 1.º grau, e este é o caso do município de Campos, a qualidade desse ensino é fortemente marcada por uma diferença que privilegia o centro principal, onde se localiza a elite e o poder central. Dessa forma, mesmo havendo oferta de estabelecimento de ensino de 1.º grau próximo, mas por ser de qualidade inferior, aqueles que podem deslocam-se para o grande centro. Em outras palavras, o comportamento espacial dos usuários não é sempre uma função da minimização dos custos de transferência, mas para aqueles que podem, é em função da qualidade do ensino. Desse modo o espaço não é vivenciado homogeneamente pela população, existindo dois circuitos — um ligado à população de rendas mais baixas e que se limita a usar a escola proximamente localizada, de qualidade inferior, ou não usar quando não existe; e outro, ligado à população de melhor renda ou que possui informação e associada espacialmente a maiores deslocamentos e a serviços de melhor qualidade.

As chances iguais, formalmente institucionalizadas, criam uma forte motivação para o estudo que, entretanto, esbarra na inexistência real das mesmas, sentidas no meio social e expressas no meio espacial.

Consideramos que, estudando os deslocamentos em busca de “melhor ensino” na cidade de Campos, estávamos examinando fenômenos que devem se processar em outras áreas, devido à grande expansão da rede de ensino, especialmente a de 1.º grau, em cidades de hierarquia elevada e em localidades de nível mais baixo, como vilas e povoados.

O caráter preliminar de nossa pesquisa e a utilização de um estudo de caso não nos permite, contudo, extrapolar os resultados obtidos para outras áreas. Nem essa é nossa intenção. Pretendemos tão somente levantar algumas questões, de modo a sugerir estudos mais completos e aprofundados, em torno do papel do espaço na transmissão das desigualdades.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — BERGER, Manfredo — *Educação e Dependência*. Difusão Editorial S.A. DIFEL, 2.^a Ed. Rio de Janeiro — São Paulo. — 1977 — 354 p.
- 2 — CAPEL, Horácio — Percepción Del Medio y Comportamiento Geografico. *Revista de Geografía de Barcelona* — 7 (1 e 2) Barcelona. 1973. pp. 58-150.
- 3 — CHRISTALLER, Walter — *Central Place in Southern Germany*. Prentice Hall. Inc. London — 1966 — 230 p.
- 4 — CORRÊA, Roberto Lobato — Status Sócio-Econômico e Centralidade; Uma Interpretação. *Geografia* 2 (3) Rio Claro. São Paulo. 1977. 51-59.
- 5 — CUNHA, Luiz Antonio — *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. Livraria Francisco Alves Editora S.A. — Rio de Janeiro, 1975. 293 p.
- 6 — FERNANDES, Florestan — *Educação e Sociedade no Brasil*. Dominus Editora. S. Paulo. 1966 — 614 p.
- 7 — FREITAG, Bárbara — *Escola, Estado e Sociedade*. Coleção Educação Universitária. Editora Cortez & Moraes Ltda. 3.^a ed. revista. São Paulo. 1979. 142 p.
- 8 — GARCIA, Pedro Benjamin — *Educação, Modernização ou Dependência*. Livraria Francisco Alves Editora. S.A. Rio de Janeiro. 1977. 132 p.
- 9 — GEIGER, Pedro Pinchas — A Região Setentrional da Baixada Fluminense. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, n.º 12. Serviço Gráfico do IBGE, Rio de Janeiro, 1959. 19-72.
- 10 — GOUVEIA, Aparecida Joly e HAVIGHURST, Robert J. — *Ensino Médio e Desenvolvimento*. Editora Melhoramentos. São Paulo. 1969. 237 p.
- 11 — GRAY, Fred — Radical Geography and the Study of Education. *Antipode*. March 8 (1). Edited by Martin Worcester Mass. 1976. 38-44.
- 12 — HALL, Fred. — Location Criteria for High Schools — Student Transportation and Racial Integration. The University of Chicago. Department of Geography *Research Paper* n.º 150. 1973. 156 p.
- 13 — HARVEY, David — *Social Justice and the City*. Edward Arnold. London. 1973. 373 p.
- 14 — LEVIN, Henry M. — Educational Reform and Social Change. *The Journal of Applied Behavioral Sciences* 10(3). 1974. 304-320.
- 15 — MEDINA e equipe — Condições Sócio-Culturais do Relacionamento Familiar na Transformação da Sociedade Brasileira. *América Latina*. Ano 16. Rio de Janeiro. 1973 — 1974 — 1975. 3-37.

- 16 — NUNES, Marcia B. M. L., SCHWARTZMAN, Simon e WROBEL, Vera — Estratificação Social e Educação: Caminhos e Alternativas do Homem do Campo. *Dados* n.º 16. Publicação do Inst. de Pesquisa do Rio de Janeiro. 1977. 33-68.
- 17 — PEET, Richard — Desigualdad y Pobreza: Una Teoria Geográfico-Marxista. *Geografía Radical Anglosajane*. N. 1. Publicaciones del Departamiento de Geografia de la Universitat Autònoma de Barcelona. Diciembre 1977. 181-196.
- 18 — ROSSI, Wagner Gonçalves — *Capitalismo e Educação. Contribuição ao Estudo Crítico da Economia da Educação Capitalista*. Col. Educação Universitária. Editora Cortez & Moraes. Ltda. S. Paulo 1978. 160 p.
- 19 — SANTOS, Milton — *O Espaço Dividido — Os Dois Circuitos de Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*. Livraria Francisco Alves S.A. Rio de Janeiro. 1978. 345 p.

ANEXO

QUESTIONÁRIO A SER APLICADO DIRETAMENTE AOS ALUNOS QUE MORAM FORA DA CIDADE E SE DESLOCAM DIARIAMENTE PARA A ESCOLA OU QUE SE MUDARAM PARA ESTA CIDADE, PARA ESTUDAR.

1. Nome da Escola _____
2. Tipo da Escola (particular ou pública) _____
3. Série que frequenta _____ 4. Idade _____ 5. Sexo _____
6. Alunos que se deslocam diariamente _____

LOCAL DE ORIGEM	TRANSPORTE	TEMPO	PREÇO

7. Se vem de ônibus, qual a frequência do ônibus? _____
8. Se se mudou para esta cidade para estudar, qual o local de origem? _____
9. Por que veio estudar nesta cidade?
 - a) Inexistência de escola ou da série que está frequentando _____
 - b) Falta de vaga _____
 - c) Inexistência de escola pública _____
 - d) Procura de melhor ensino _____
10. Como soube da existência desta escola? _____
11. É o primeiro da família que veio estudar nesta cidade? _____
Se outros já foram estudar fora, em que local? _____
12. Pretende continuar estudando após o término do 1.º grau? _____
 - a) 2.º grau _____ b) TÉCNICO _____ c) FACULDADE _____
 - Onde? _____ Onde? _____ Onde? _____
13. Pretende trabalhar após terminar o 1.º grau? _____
Se pretende trabalhar, onde?
 - a) Nesta cidade? _____ b) No local de origem? _____
 - c) Em outro local? (Especificar) _____
14. Qual a atividade ou profissão de seu pai ou responsável? _____
15. Qual o grau de instrução dos responsáveis? _____
16. Seu pai ou responsável é proprietário de:
 - a) Fazenda _____ b) Sítio _____ c) Chácara _____
 - d) Casa Comercial atacadista ou varejista _____ e) Indústria _____
 - f) Oficina _____ g) Outros _____
17. Seu pai ou responsável possui:
 - a) Casa própria _____ b) Luz elétrica _____ c) Automóvel _____
 - d) Caminhão _____ e) Utilitário _____ f) Televisão _____
 - g) Geladeira _____
18. Que pretende conseguir com o estudo? _____
19. Tem bolsa de estudos? _____
20. Como é a escola do lugar onde você mora? _____

Observações:

SUMMARY

In this paper the A. proposes to analyse the space role in the transmission of the inequalities of the educational opportunities through the spatial behavior of scholars. She thus seeks to give a geographical focusing to the study of a social institution — the education.

So, it's suggested that the educational opportunities must be approached and analysed as making part of a complex social reality. The material and cultural conditions of education reflect the differences of social, economic and political status and always having strong spatial expression. If the society is marked by stratification of classes, the education will be organized to attend the different strata of population that, without further appeal, maintain this stratified system in functioning.

This work seeks yet to focalize the educational service in the model worked out by Santos for countries of strong income differences — the two circuits of economy — although this model refers, basically, to the industrial and commercial activities.

It was accomplished an empirical analysis, although in preliminary character, with a group of scholars who had to move in order to study in some schools of the town of Campos.

The inquiry has embraced groups of questions related to the characteristics of consumers, to the move, to the information, to the scholar's perspectives and to their socio-economic conditions.

Finally, the A. sticks out that the results obtained in the research may be recuperated in an analysis that aims to show the role of localization of certain services and of the spatial behavior in a society deeply marked by socio-economic stratification.

RÉSUMÉ

L'auteur cherche à faire ici une analyses du rôle de l'espace dans la transmission des différences des opprtunités educatives, à travers l'attitude des élèves par rapport à l'espace. L'auteur cherche donc à faire ressortir, sous l'angle de la géographie, l'analyse d'une institution sociale — l'éducation.

L'article montre les chances d'éducation faisant partie d'une réalité sociale complexe. Les conditions materielles et culturelles de l'éducation montrent les différences de "standing" politique, économique et social. Ces conditions là ont toujours une grande importance par rapport à l'espace. Si la stratification des classes détermine la société, l'éducation sera organisée selon les différents rangs de la population qui, en fin de compte, font fonctionner ce système stratifié.

L'analyse fait ressortir le service éducatif suivant le modèle élaboré par Santos pour les pays où on trouve une très grande diversité de revenus — les deux circuits de l'économie — quoique ce modèle se rapporte fondamentalement à l'activité commerciale et à l'activité industrielle.

Une analyse empirique, bien que préliminaire, a été réalisée avec un groupe d'élèves qui se déplaçaient pour apprendre, dans quelques écoles de la ville de Campos.

Les groupes de questions relatives aux caractéristiques des consommateurs, au déplacement, à l'information, aux perspectives des élèves et à leurs conditions socio-économiques.

L'auteur, en finissant, dit que les résultats obtenus à travers cette recherche peuvent être récupérés et utilisés dans une analyse où on voudra montrer le rôle de la localisation de certains services et du comportement, par rapport à l'espace, d'une société profondément marqué par la stratification socio-économique.